

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 30/2023-PGJ, DE 19 DE JULHO DE 2023.**

Altera a Resolução nº 18/2019-PGJ, de 7.11.2019.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 18/2019-PGJ, de 7.11.2019, passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

VI - (...);

VII - 1 (um) servidor do quadro, efetivo e estável, indicado pela entidade de classe dos servidores.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de julho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3920/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 19 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3736/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5129/2022-PGJ, de 17.10.2022, de forma que, onde consta: “no período de 26.1 a 3.2.2022”, passe a constar: “no período de 14 a 22.9.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3886/2023-PGJ, DE 13.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 10 a 14.7.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3892/2023-PGJ, DE 13.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 17 a 26.7.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00007552-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3921/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Sete Quedas no dia 25.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3742/2023-PGJ, DE 7.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 994/2023-PGJ, de 2.3.2023, de forma que, onde consta: “no período de 26.1 a 3.2.2022”, passe a constar: “nos períodos de 24 a 31.8 e 14 a 22.9.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3807/2023-PGJ, DE 11.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-491/2023-PGJ, de 15.5.2023, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa férias regulamentares, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3887/2023-PGJ, DE 13.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos no período de 17 a 21.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3893/2023-PGJ, DE 13.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações, conforme segue (PGA nº 09.2023.00007513-4).

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Luiz Antônio Freitas de Almeida	2010/2011	Remanescentes	10	3.8 a 1º.9.2023
	2017/2018	Regulamentares	20	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3927/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 2 (dois) dias de compensação nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 30.8 a 8.9.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3918/2023-PGJ, DE 17.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande no período de 12 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3915/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 8 a 12.1.2024, referentes aos feriados forenses de 20.12.2020 a 6.1.2021 e 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3919/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3548/2023-PGJ, de 3.7.2023, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 17 a 21.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3926/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Chapadão do Sul no dia 18.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3928/2023-PGJ, DE 17.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 5 (cinco) dias de compensação no período de 11 a 15.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 30.8 a 8.9 e 6 a 13.12.2021 e 17 a 24.1.2022, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3929/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1540/2023-PGJ, de 3.4.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos no período de 20 a 24.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3956/2023-PGJ, DE 18.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva 3 (três) dias de compensação no período de 2 a 4.8.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 27.3 a 3.4.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3930/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1541/2023-PGJ, de 3.4.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos no período de 4 a 7.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3925/2023-PGJ, DE 17.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0807430-25.2021.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Campo Grande, no dia 19.7.2023.

3914

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3914/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 3 (três) dias de compensação no período de 19 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 19.11.2018 e no período de 28.1 a 4.2.2019, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3916/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 5 (cinco) dias de compensação no período de 15 a 19.1.2024, pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no período de 29.1 a 3.2.2023, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 3/2020-PGJ, de 11.2.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3931/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1542/2023-PGJ, de 3.4.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 5 (cinco) dias de férias compensatórias, que seriam usufruídos no período de 27.11 a 1º.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3946/2023-PGJ, DE 18.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Pedro Gomes no dia 31.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3924/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5779/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min)	Marcos Antonio Martins Sottoriva
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Aroldo José de Lima

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min)	Aroldo José de Lima
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Marcos Antonio Martins Sottoriva

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3932/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1543/2023-PGJ, de 3.4.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 9 (nove) dias de férias compensatórias, que seriam usufruídos no período de 11 a 19.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3944/2023-PGJ, DE 18.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira e a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuarem como gestora e fiscal, respectivamente, do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul vinculado ao Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006691-3; e tornar sem efeito a Portaria nº 3835/2023-PGJ, de 12.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3905/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 27.7.2023, a Portaria nº 1835/2023-PGJ, de 17.4.2023, que designou o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, com prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3906/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá nos dias 27 e 28.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3945/2023-PGJ, DE 18.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Juliano Albuquerque e Jiskia Sandri Trentin, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP); e tornar sem efeito a Portaria nº 2183/2023-PGJ, de 8.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3904/2023-PGJ, DE 14.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica no período de 17 a 26.7.2023; e revogar, a partir de 17.7.2023, a Portaria nº 3428/2023-PGJ, de 29.6.2023, que designou o Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3909/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá (2) no período de 31.7 a 31.10.2023; e revogar, a partir de 31.7.2023, a Portaria nº 487/2023-PGJ, de 2.2.2023, que designou o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3907/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica a partir de 31.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3154/2023-PGJ, de 19.6.2023, que designou o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3901/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Denise Oliveira da Silveira Xavier, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 30.6.2022, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar Estadual nº 274, de 21 de maio de 2020, c/c o artigo 31-B, § 20, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul, observados os critérios da legislação vigente (PGA nº 09.2022.00008001-1); e revogar, a partir da data de publicação, a Portaria nº 1775/2023-PGJ, de 13.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3911/2023-PGJ, DE 14.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003269, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00007291-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3912/2023-PGJ, DE 14.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003270, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00007289-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3922/2023-PGJ, DE 17.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.085, de 23 de junho de 2023, da Prefeitura Municipal de Miranda, que estabeleceu como facultativo o ponto nas repartições públicas daquele município no dia 14.7.2023, em razão do feriado municipal no dia 16.7.2023, domingo, quando se comemora a fundação da cidade de Miranda; e

CONSIDERANDO a decisão exarada na Portaria nº 215.010.082.0035/2023, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Miranda no dia 14.7.2023,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 14.7.2023, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Miranda, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3933/2023-PGJ, DE 17.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico do Meio Ambiente no período de 17 a 26.7.2023, em razão de afastamento do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3958/2023-PGJ, DE 18.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 34ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17.7 a 4.8.2023, em razão de afastamento da servidora Kellen Ferreira Nunes, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO dos AVISOS N°s 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 66/2023/CSMP, publicado no **DOMPMS nº 2.938, de 19.7.2023**, de forma que, onde consta: “segunda entrância, passe a constar: **entrância especial**”.

Campo Grande, 19 de julho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA-GERAL****ORDEM DE SERVIÇO Nº 3/2023-SEG/MP-MS, DE 19 DE JULHO DE 2023.**

Dispõe sobre os procedimentos para aquisição e emissão de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e serviços correlatos, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

A **SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do artigo 1º da Resolução nº 002/2001-PGJ, de 16 de março de 2001;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011, que dispõe sobre a concessão de diárias aos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que regulamenta a concessão de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências;

ESTABELECE:

Art. 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se:

- I** - bilhete de passagem: compreende a tarifa e a taxa de embarque;
- II** - tarifa do serviço de transporte aéreo de passageiros: valor único cobrado pela companhia aérea em decorrência da prestação do serviço de transporte aéreo de passageiros, de acordo com o itinerário determinado pelo adquirente;
- III** - taxa de embarque: tarifa aeroportuária cobrada ao passageiro, por intermédio das companhias aéreas;
- IV** - companhia aérea: empresa de prestação de serviços aéreos comerciais de transporte de passageiros;
- V** - passagem aérea: compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;
- VI** - adquirente: o Departamento de Serviços da Secretaria-Geral será o setor responsável pela realização de pesquisa de preços, confirmação com o solicitante ou palestrante/convidado e após, efetivar a reserva de tarifa; já o Departamento de Serviços Gerais/SEAD ficará responsável pela emissão do bilhete, mediante aprovação em sistema disponibilizado pela empresa contratada;
- VII** - solicitante de passagem: membro ou servidor formalmente designado para representar ou participar de eventos de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º São procedimentos administrativos de responsabilidade dos solicitantes para a concessão de passagens no Ministério Público:

- I** - para servidor:
 - a)** preenchimento do requerimento de passagem aérea, disponível no Portal de Serviços: servidor - gestão de pessoas – solicitações – diárias;
- II** - para membro:
 - a)** preenchimento do requerimento de passagem aérea, disponível no Portal de Serviços: membro - gestão de pessoas – solicitações – diárias;

§1º - Tanto servidores, quanto membros, deverão se atender para os seguintes preenchimentos:

- I** - ao clicar em solicitar, abrirá o formulário para o conferência das informações gerais; estando corretas, clique em



PRÓXIMO; em caso de desistência do preenchimento do pedido, esse procedimento não é excluído automaticamente, ou seja, em uma próxima oportunidade o mesmo poderá ser editado ou excluído na tela principal;

II – clicando em PRÓXIMO, será necessário INSERIR os dados da solicitação, como origem e destino;

III – no campo Período da Diária: preencher a data e horário pretendidos da partida e retorno; ou seja, RETIFICAR o horário automaticamente preenchido pelo sistema, ao horário que o solicitante pretende efetivamente viajar;

IV – clicar na opção SIM, tratando de passagens aéreas, preenchendo ainda se as passagens aéreas serão fornecidas ou não pelo MPMS; justificar datas e horários pretendidos, bem como esclarecer ainda a necessidade de chegar antecipadamente ou interesse particular em estender a viagem;

V – informar se pretende despachar bagagem ou apenas levará bagagem de mão;

VI – preencher corretamente da data e horário de início e término do evento;

VII - salvar o formulário e seguir os demais trâmites até que seja finalizado e gerado um número de processo administrativo, o qual certifica que o pedido fora efetivado.

Art. 3º Objetivando a racionalização de gastos com a emissão de bilhetes de passagens, o Departamento de Serviços Gerais da Secretaria-Geral, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - deverá ser verificada a cotação de preços, única e exclusivamente, pelo sistema disponibilizado pela agência contratada; ou seja, não será permitida a emissão de passagens aéreas por outro meio;

II - a emissão dos bilhetes é realizada pela agência de viagens contratada, após a autorização do Departamento de Serviços-Gerais/SEAD no sistema disponibilizado pela empresa; e da autorização da Secretaria-Geral do Ministério Público, pelo Portal de Serviços;

III – orientar aos solicitantes que não é permitida a escolha dos assentos;

IV - a emissão do bilhete deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do servidor ou membro no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

a) a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

b) em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão;

c) em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse oito horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência;

V - a emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica;

a) havendo interesse particular em voos diversos dos que se enquadram neste inciso, bem como em data diversa do início ou término do evento, o custo adicional das passagens aéreas, se houver, deverá ser arcado pelo próprio solicitante; palestrante/convidado, mediante transferência bancária na conta corrente do Ministério Público do Estado de Mato Grosso Sul: Titular: Procuradoria-Geral de Justiça – MPMS; Banco: do Brasil; Agência: 2576-3; C/C: 50.141-7; CNPJ: 03.983.541/0001-75.

VI – não haverá aquisição de passagens aéreas para membros e servidores para deslocamentos decorrentes de convites oriundos de outras Instituições e/ou órgãos parceiros, exceto se, expressamente, autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça;

Art. 4º As solicitações de diárias, principalmente, quando envolverem a aquisição de passagens aéreas deverão ser registradas no Portal de Serviços, com antecedência mínima de 15 (*quinze) dias da data pretendida para o deslocamento;

Parágrafo único - Em caráter excepcional, a Secretaria-Geral poderá autorizar a emissão de bilhete em prazo inferior ao estabelecido nesta Ordem de Serviço, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

Art. 5º Pedidos de alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos, após a emissão do bilhete, serão de inteira responsabilidade do servidor ou membro.

I – a solicitação de cancelamento do bilhete já emitido deverá ser imediatamente comunicada aos servidores da Secretaria-



Geral, por meio de telefonema, whatsapp e e-mail, devidamente fundamentado;

II - se o cancelamento se der por:

- a) motivo de saúde, cópia do atestado médico com respectivo CID deverá ser enviado ao e-mail da Secretaria-Geral, para eventual embasamento do pedido de ressarcimento junto à companhia aérea;
- b) falecimento de pessoa da família, cópia do atestado de óbito deverá ser enviado ao e-mail da Secretaria-Geral, para eventual embasamento do pedido de ressarcimento junto à companhia aérea;
- c) impedimentos meteorológicos – fechamento de aeroportos, que impliquem na perda do interesse do deslocamento, em razão do perdimento do evento, deverá ser enviado ao e-mail da Secretaria-Geral cópia da declaração de cancelamento do voo fornecido pela respectiva Companhia Aérea;

III – caso o cancelamento seja por simples interesse pessoal, a diferença do reembolso do cancelamento das passagens aéreas deverá ser restituído, mediante transferência bancária na conta corrente do Ministério Público do Estado de Mato Grosso Sul: Titular: Procuradoria-Geral de Justiça – MPMS; Banco: do Brasil; Agência: 2576-3; C/C: 50.141-7; CNPJ: 03.983.541/0001-75.

Art. 6º Aplicam-se as disposições desta Ordem de Serviço, no que couber, para a aquisição de passagens rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias.

Art. 7º Não há previsão orçamentária de eventual reembolso de passagens adquiridas de forma particular, seja por membros ou servidores.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas com relação a esta Ordem de Serviço serão resolvidos pela Secretaria-Geral do Ministério Público.

Art. 9º Fica revogada a Ordem de Serviço nº 003/2016-SG/MP-MS, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 10º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de julho de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral/MP-MS

REQUERIMENTO DE PASSAGENS
- Departamento de Serviços Gerais -

NOME	
CARGO/FUNÇÃO	
LOTAÇÃO	
MATRÍCULA	
CPF	
Nº DE IDENTIDADE	
CONTATO TELEFÔNICO (fixo e celular)	
DATA DE NASCIMENTO	
EMAIL	
NOME DA MÃE	

**INFORMAÇÕES SOBRE A VIAGEM/EVENTO****VIAGEM:** () INTERMUNICIPAL () INTERESTADUAL () INTERNACIONAL

DESTINO		
OBJETIVO DA VIAGEM		
DATA DA VIAGEM		
DATA DE INÍCIO DO EVENTO		
HORÁRIO DE ABERTURA		
DATA DO FINAL DO EVENTO		
HORÁRIO DE ENCERRAMENTO		
DATA DO RETORNO		
PREFERÊNCIA DE HORÁRIOS DE VOOS	IDA:	VOLTA:
MOTIVO:		
Bagagem de Mão () Sim () Não	Bagagem Despachada () Sim () Não	

Em cumprimento ao que determina a Ordem de Serviço nº nº 3/2023-SEG/MP-MS, de 19 de julho de 2023, solicito a Vossa Senhoria providências, a fim de que sejam efetuadas reservas e emissão de passagens aéreas no interesse de atender aos objetivos e percursos descritos.

CIENTE DA CHEFIA IMEDIATA	
<input type="checkbox"/> De acordo	
Local/data	Assinatura e carimbo

SECRETARIA-GERAL
A SECRETARIA-GERAL , no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 2455/2016-PGJ, de 17.08.16, decide:
<input type="checkbox"/> Conceder passagens requeridas;
<input type="checkbox"/> Indeferir passagens requeridas;
Campo Grande, ____/____/____

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 138/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00002452-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PLUS SERVICE EIRELI**, representada por **Lídio de Miranda Fagundes Filho**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2022.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Repactuação de valor decorrente de Convenção Coletiva Trabalhista e da correção de valor decorrente da elevação do vale transporte.

Valor mensal: R\$ 83.330,75 (oitenta e três mil trezentos e trinta reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 19.07.2023 a 05.10.2023.

Data de assinatura: 19 de julho de 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/PGJ/2022, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/PGJ/2022

PROCESSO: PGA 09.2021.00005729-4

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 08/PGJ/2022.

Amparo legal: Artigos 55, XIII e 61, *caput*, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Modificação unilateral do preâmbulo da Ata de Registro de Preços nº 43/PGJ/2022, visando a alteração do nome empresarial da fornecedora para que passe a constar: **GRÁFICA LUAR EDITORA E PAPELARIA LTDA**.

Data de assinatura: 19 de julho de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL Nº 06.2023.00000775-7**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvário Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000775-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sr. Joaquim Romero Barbosa

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais decorrentes da construção de um barracão em Área de Preservação Permanente, da remoção de 08 (oito) árvores exóticas sem prévia autorização do órgão ambiental e do lançamento de resíduos de natureza diversa em local inapropriado

Três Lagoas – MS, 18 de julho de 2023

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 0003/2023/2ªPJCS

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Parque União, CEP 79560-000, Chapadão do Sul/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2023.00000477-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Texas Bar

Assunto: Apurar emissão de ruídos acima do permitido pelo estabelecimento comercial Texas Bar e promover a sua adequação às normas ambientais.

Chapadão do Sul, 18 de julho de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

MARACAJU

EDITAL Nº. 0016/2023/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00007370-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00007370-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada pelos menores Y.E.S. e E.V.S.C.

Maracaju-MS, 18 de julho de 2023.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº. 0017/2023/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00007393-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00007393-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: visando acompanhar possível situação de risco vivenciada pelas crianças D.L.G.R.de S., T.G.R.de S., e O.G.R.

Maracaju-MS, 18 de julho de 2023.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N°. 0018/2023/02PJ/MCJ**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000708-0.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requeridos: TAO Construtora Ltda.

Assunto: apurar as consequências jurídico-ambientais decorrentes das condutas descritas no auto de infração sob nº 10358/2022.

Maracaju-MS, 18 de julho de 2023.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N°. 0019/2023/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000740-2.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Tutelar de Maracaju/MS

Assunto: apurar o devido cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo membros do Conselho Tutelar de Maracaju/MS.

Maracaju-MS, 18 de julho de 2023.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça em Substituição Legal

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL N° 0011/2023/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000636-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Larissa Leiko Yamashita, Ligia Keiko Yamashita Sartor

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,44 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus, na Fazenda Paraíso das Águas, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 264/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 14 de julho de 2023.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2023/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000659-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estevão Cezar Matos Barbosa

Assunto: Apurar o desmatamento, possivelmente ilegal, de 51,41 hectares sobre área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Jaciara, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 265/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 14 de julho de 2023.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça